

## O ATO DA ESCUTA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DO SURDO

Maria Estely Rodrigues Teles; ÉriSSa Regina Silva de Souza.

*Prefeitura Municipal de Barroquinha- Ceará, teles.estely@gmail.com*  
*Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Reis Veloso; erissa\_reginna@hotmail.com*

**RESUMO:** A Inclusão social e principalmente a inclusão escolar aparece como um paradigma que precisa ser quebrado diante da diversidade que há. Dentro deste ciclo dos excluídos e/ou somente integrados, a comunidade surda enfrenta tantas dificuldades quanto outras pessoas com necessidades educacionais especiais. A aflição se dá pelo fato de que essa discussão a cerca da inclusão do surdo na sociedade e no âmbito escolar é antiga, mesmo a educação inclusiva sendo algo legitimado. Ou seja, a existência das leis não é suficiente para a efetivação da inclusão escolar. A partir daí, pretende-se refletir sobre os moldes da inclusão do surdo em meio ao espaço que é dado ao ato de escutar, a necessidade de quebra de paradigmas e levantar os possíveis responsáveis para favorecer esse espaço da escuta. Isso, para responder o questionamento de como a inclusão escolar do surdo poderia ser efetivada. Assim, para esta discussão toma-se como referência o princípio da escuta do surdo. Escuta daquele que historicamente nunca foi “ouvido”. Isto porque na maioria das vezes quem opina, fala o quê está errado ou não, e diz o que é necessário para a inclusão aconteça, são os próprios ouvintes. Quem sugere e discute são os professores, instrutores, intérpretes e familiares das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Pouco se ouve falar que é o surdo quem “fala” sobre os problemas enfrentados na escola. Além disso, não se pode desprezar que o surdo é um ser pensante, possuindo apenas uma língua diferente da predominante. Por isso, é preciso dar voz ao surdo para aumentar as possibilidades e para poder encontrar formas mais eficientes e eficazes de atendê-los a partir de suas necessidades reais. A discussão é feita a partir de uma pesquisa bibliográfica tomando como base os autores: Andrade (2007) e Bardin (1977), além de todo um aparato teórico da temática baseado em Skliar (2005); Sala (2013); Gesser (2009) e outros teóricos.

**PALAVRAS CHAVES:** Ato, Escuta, Inclusão, Surdo.

### INTRODUÇÃO

Falar em inclusão, inclusive da comunidade surda, é trazer a tona toda uma história de exclusão, em que ao longo de décadas pessoas com alguma deficiência sofreram na pele preconceito e marginalização em diversos aspectos. Segundo Moura (2000) é possível constatar que isso acontece desde a época da Grécia, passando pela Idade Média, Idade Moderna, as primeiras descobertas científicas, o surgimento das correntes, perpassando pelo Congresso de Milão até os dias atuais.

O termo inclusão, segundo Baptista (2004) deve ser discutido amplamente, buscando seus reais significados, principalmente quando essa discussão está relacionada às instituições de ensino. É preciso ficar atento às propostas escolares para não caírem na mera e tão somente integração, uma vez que “integrar” relaciona-se mais a adequações estruturais físicas, curriculares e de propostas pedagógicas, por exemplo. Estas importantíssimas no processo de inclusão escolar, mas não suficientes. Porque a inclusão escolar, de acordo com o texto da Convenção sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência aprovado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, é um processo em que a escola deve se adequar para oferecer um ensino de qualidade para qualquer pessoa, visando atendê-la conforme “suas habilidades, necessidades e expectativas”.

O fato é que depois de tantas idas e vindas, o direito a educação às pessoas com necessidades educacionais foi um dos direitos mais negados e não concretizados plenamente ou como se deveria. Tudo isso acontecendo mesmo a educação inclusiva sendo amparada legalmente, desde a própria Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação do referido ano. Então, é preciso reverter o cenário de exclusão e lutar a favor da inclusão da comunidade surda através de um verdadeiro diálogo constante e permanente.

Nessa direção, a intenção deste trabalho é refletir sobre os moldes da inclusão do surdo em meio ao espaço que é dado ao ato de escutar, e a necessidade de quebra de paradigmas. Tem se também por objetivo, levantar os possíveis responsáveis por favorecer esse espaço da escuta. E a partir daí, pensar como essa inclusão escolar poderia ser efetivada.

## EMBASAMENTO METODOLÓGICO

Esta discussão trás consigo a perspectiva de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é estruturada com base em materiais prontos e elaborados, retirados, principalmente de livros e artigos científicos. Todos os trabalhos utilizam dos métodos da pesquisa bibliográfica, mas alguns se fazem por completo. Os livros são as principais fontes de referência.

De acordo com Gil (2008), assim como as outras pesquisas, a pesquisa bibliográfica requer bastante cuidado, desde a seleção do tema até as referências a serem utilizadas. Todas as etapas são importantes para um bom resultado no trabalho.

Por isso, escolhemos para tomarmos referência neste trabalho, os autores: Andrade (2007) e Bardin (1977), além de Skliar (2005); Sala (2013); Gesser (2009) e outros teóricos importantíssimos para as reflexões a cerca da inclusão escolar e o ato da escuta.

O mesmo está dividido em seções que ajudam a discutir a temática aqui apresentada. São eles: a população surda, o princípio da escuta, protagonismo do surdo, quebra de paradigma, a divisão de responsabilidades e por fim, as reflexões finais.

Uma minoria surda?

De acordo com Censo 2010 do Instituto Brasileiro de [Geografia](#) e Estatística (IBGE), 9.717.318 brasileiros apresentam algum grau de deficiência auditiva, sendo o segundo tipo de deficiência mais frequente na população, ficando atrás somente da deficiência visual.

No Piauí, são cerca de 110 mil e em Parnaíba, esse número chega a mais de 5 mil pessoas com surdez ou deficiência auditiva. Destes, 99,9% são analfabetos, inclusive de seus direitos. Segundo a Associação de Pai e Amigos dos Surdos de Parnaíba (APAS), não existe um ensino próprio para surdos na cidade, utilizando Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - sua língua natural. Dos que frequentam a escola regular, poucos tem contato com intérpretes na sala de aula e apenas alguns são acompanhados pelo AEE.

Portanto, há leis, decretos, sanções, projetos para aqueles que são considerados minorias em relação ao arsenal total de pessoas sem alguma necessidade educacional especial. Mas não se vê o protagonismo desta minoria no meio social, que também tem seu papel social.

Sasaki (2015) afirma que uma escola inclusiva além de garantir um direito humano, garante uma educação de qualidade e possui um bom senso social. Ou seja, evita a segregação e preconceito; ajuda a reduzir o medo e construir amizade, respeito e compreensão; como também, ajuda a desenvolver relacionamentos e prepara para a vida na sociedade.

Acredita-se então, que a não aparição ativa do surdo deve ocorrer por conta das lacunas existentes justamente no processo de escolarização deste indivíduo. Por isso, a escolarização é vista como o primeiro passo para o bom desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social de qualquer pessoa. Partindo deste princípio, a pessoa que não é incluída nos espaços escolares, automaticamente é excluída dos outros setores da sociedade.

### O princípio da escuta e o protagonismo do surdo

Entre tantas discussões podemos citar que a inclusão é vista como algo que tem “efeito contrário”. Para alguns estudiosos do referido assunto, em suas pesquisas, em vez de ajudar, a inclusão nem ajuda as crianças com alguma deficiência educacional, e ainda por cima acaba atrapalhando o aprendizado das outras crianças na sala. No entanto, a própria Constituição Federal, Art. 208, recomenda atendimento educacional especializado para portadores de deficiência (*termo usado na época*) preferencialmente na rede regular de ensino. Recomendação que parece não sair do papel.

Sobre isso, Santos (2003) cita:

Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual tem sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. (p. 64)

Mas diante do constatado por muitos pesquisadores, é como se a base da educação fosse o contrário do proposto: a exclusão. Há uma tendência para que ela aconteça. E se há exclusão, há excluídos. Assim, busca-se “estabelecer rupturas, ter-se-á como objetivo analisar como a educação deve estar calcada em um plano que atenda de fato as diferenças no contexto brasileiro: diferenças sociais, políticas, linguísticas e culturais”. (SANTOS, 2005, p.121)

Dentre as diferenças e dificuldades encontradas no contexto escolar, temos a surdez. Gesser (2009, 57-58) compreende que falta “oportunidade de acesso à escola que reconheça as diferenças linguísticas; que promova acesso à língua padrão; que, no caso dos surdos, tenha professores proficientes na língua de sinais [...]”.

Mais do que simplesmente jogar esses alunos no ensino regular é preciso dar condições. Condições estruturais e curriculares. Pois estes têm suas limitações, mas precisam de auxílio para usufruir também de seus direitos e construir uma aprendizagem significativa como qualquer outra criança. (FELIPE, 2003)

Comitente as questões levantadas, Sala (2003) afirma que “há uma necessidade de uma atitude da escuta”. Uma escuta tanto daqueles que estão envolvidos no cenário social (alunos, familiares e pais), quanto dos “intelectuais que teorizam sobre a questão da inclusão”. (Felipe, p. 34). Por que isso pode influenciar diretamente na aprendizagem significativa citada por Felipe (2003).

É preciso, repensar no que as escolas se tornaram e estão se tornando, e quebrar paradigmas urgentemente. Tentar minimizar e mudar (a longo prazo) a busca incessante dos surdos serem reconhecidos como pessoas e cidadãos de fato. Dando voz e vez para quem historicamente e ainda hoje pouco interage e fala sobre suas perspectivas e expectativas.

No livro “O admirável mundo dos surdos”, a autora relata o depoimento de Ricardo, como o chama, mostrando que tem convicção de que ninguém melhor do que os próprios surdos para tentarem uma reconstrução do passado, que é essencial para discutir o presente e organizar o futuro. Pensa que são eles, os surdos, auxiliados pela comunidade solidária, que podem mudar a visão que os ouvintes têm sobre eles. (DANESI, 2007)

Sá (2005, p. 180) defende que “Os surdos não tem sido ‘oficialmente’ chamados a apresentarem seus argumentos, mas isso não impede que tenham um projeto surdo para a surdez”. O autor afirma ainda que os educadores ouvintes devem se solidarizar também com este projeto na busca de transformação social e de educação de qualidade. Para este ponto, Freire (1998) diz que de nada adianta conhecimento se não for usado para revolucionar algo, mudar o social. Ou seja, os estudiosos de inclusão também devem utilizar suas pesquisas para envolver cada vez mais os surdos nesse desafio de incluí-los verdadeiramente.

De acordo com Lopes (2011, p. 252):

A indisponibilidade ouvinte para escutar o surdo tem constituído alteridades deficientes e verdades sobre os surdos que se espraiam não só entre os ouvintes que olham para os surdos pelas lentes da clínica e da Educação Especial, mas entre os próprios surdos que olham para si alienados e orientados por um tipo de mobilização que os sujeitou.

São inúmeras as dúvidas dos surdos sobre um mundo de uma maioria ouvinte que não consegue entender suas necessidades. E não estamos falando apenas da língua não, mas sim, da sua identidade que tenta construir a cada dia. As verdades apresentadas são retiradas a partir do que o ouvinte vive e pensa. Em consequência, às vezes, o surdo não aprende nem a expressar seus sentimentos porque ele sempre se baseou pelos anseios dos outros, e não pelos seus anseios e experiências. Ou seja, sem perceber, o surdo acaba se deixando influenciar pela subjetividade do outro (ouvinte).

#### Quebra de paradigma e a divisão de responsabilidades

Pensa-se que o fim dessa marginalização deve começar pela própria escola, quebrando de vez paradigmas que vem desde os anos 70. No qual em vez do sistema escolar tentar se adequar as necessidades do aluno, ele que deveria tentar “se encaixar” na metodologia e programas. Bherens (2005) enfoca que os paradigmas conservadores devem ser revistos e adequados ao contexto contemporâneo. Não dá mais para limitar as práticas de ensino e aprendizagem, e nem ficar bitolados em atitudes passivas.

Para reforçar o novo paradigma da inclusão a legislação está a favor da comunidade surda. A principal dela está nos ideais da Confederação Mundial de Educação, nas quais serviu de inspiração para Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) que constitui princípios de adequação dos currículos, considerando sempre a cultura e peculiaridades do alunado e da

comunidade. Além disso, a LIBRAS foi reconhecida em 2002, como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros pela Lei Federal nº 10.436.

Gesser (2009, p. 78) evidencia que “vivemos em um momento profícuo e impar, já que muitas conquistas foram alcançadas: a oficialização da LIBRAS, o direito do surdo ter um intérprete nas universidades.” O autor cita também a conquista da “obrigatoriedade de formação nas áreas de licenciaturas no ensino superior para surdos, a inclusão da LIBRAS em alguns currículos.” Mas fala também das lacunas existentes entre teorias, discursos e práticas.

É neste aspecto que voltamos a citar o novo paradigma da inclusão, que Fernandes (2005) coloca em grau de suma importância às adaptações curriculares. Isso “significa direcionar o olhar para a compreensão da diversidade, oportunizando a aprendizagem de seus alunos e respeitando suas necessidades.” (SANTOS, 2003, p. 69)

Estas adaptações podem ser organizadas, segundo Fernandes (2005) de acordo com as diretrizes da educação especial como: adaptações de grande porte e pequeno porte. As de grande porte são as adequações feitas a nível do sistema de ensino e da administração escolar; já as de pequeno porte são aquelas realizadas pelo professor no dia-a-dia da escola. No entanto, essa responsabilidade não deve ser direcionada apenas ao docente, mas para toda a equipe escolar.

Skiar (2009, p. 8) complementa a divisão desta responsabilidade dizendo:

A educação não é politicamente “opaca” nem neutra em seus valores e por isso, não resulta em uma tarefa simples a compreensão do papel da escola em uma sociedade dividida e fragmentada racial, social, étnica, linguística e sexualmente.

E é por isso que Dorziat (2009, p. 66) fala que a reestruturação e até a transformação das instituições sociais só é possível com mudanças de convicções, “do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade”.

Essa escola inclusiva dos “sonhos” só será efetivada se esse acesso se enquadrar com o processo educativo e o potencial de cada aluno. Porém, para alguns estudiosos, como o trabalho pedagógico nem sempre é cumprido pelos profissionais em geral como se deveria, a inserção no ensino regular não conseguiu beneficiar os alunos surdos.

De acordo com Carlos Skliar (2005) é por esses motivos que é fácil entender o fracasso educacional dos surdos. E mais, ele afirma que foi possível constatar que isso se dá, sobretudo, por conta da falta de acesso à língua de sinais e um contato mais rápido com a identidade de e com outros surdos.

Santos (2005, p. 123) afirma que “o indivíduo que não se comunica acaba não adquirindo conhecimento, o seu emocional fica abalado e a sua relação com o outro é prejudicada, não conseguindo se desenvolver em todo o seu potencial”.

A exclusão escolar acaba se tornando muito além de um problema educacional, mas plenamente social. Contudo, o fracasso escolar dos surdos pode ser direcionado também porque, segundo Moura (2000, p. 90), os “surdos carregam uma grande expectativa de realização no ambiente social dos ouvintes e nem sempre isto vai acontecer.”. Por isso, a responsabilidade de toda a sociedade e dos educadores na identificação das reais necessidades dos alunos com deficiência educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de exclusão é mais real do que se imagina no mundo político e economicamente globalizado, onde aquele que não consegue produzir e não tem formação básica chega a ser insignificante. (SALA, 2003).

Mediante a tantas necessidades, talvez para o surdo seja algo mais desafiador pelo fator “comunicação”. A comunicação que é essencial para as relações, principalmente num contexto escolar em que o processo de ensino e aprendizagem é mediado predominantemente pela língua portuguesa. E no caso do surdo, trata-se de uma proposta totalmente incoerente, uma vez que o Português é uma língua falada.

Diante de tudo reconhecer a diversidade dos ambientes escolares é ter consciência de uma necessidade de mudanças imediatas e radicais, tanto nas estruturas físicas quanto profissionais e pedagógicas. A diversidade escolar de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências é real, tendo todos, a necessidade de se desenvolver. Cada um com suas especificidades, limitações e necessidades educacionais.

Plexus (2007, p. 43) afirma que o surdo clama pela “presença de uma língua que lhe dê a possibilidade de constituir-se como “falante”, ou seja, está ligada à constituição da própria subjetividade pela linguagem e às implicações dessa “constituição” nas relações sociais.”. Mas será que o problema é a língua ou o espaço dado a ela?

Alguns questionamentos são importantes para sempre haver a reflexão se a efetiva inclusão acontece. Tomemos estes, por exemplo: Qual papel social o surdo assume? Existe um espaço

destinado para que ele exerça sua cidadania? Dar-se-á oportunidade de livre expressão? Quais os seus anseios? Qual sua opinião para melhorar sua aprendizagem? Quais suas maiores dificuldades? E facilidades? Dentre outras. Para Bardin (1977) todo discurso por mais simples que seja, tem por trás dele significados e sentidos escondidos e que precisam ser desvendados.

Quando o surdo puder tornar-se esse ser da “fala”, poderá ser identificado as lacunas existentes no processo de emancipação da inclusão social e educacional vividas. Assim como, o que eles manifestam interesse que continue a acontecendo e ou que se intensifique. Dúvidas e respostas que só serão dadas a partir da expressão de pensamentos e ideias vindas deles próprios sem nenhum palpite ou intervenção. Faz se necessário que o surdo trate tudo exatamente como vive e se sente. E esta oportunidade não pode ser dada somente no dia-a-dia, mas também nas pesquisas, cujas ideologias e reflexões têm alcance bem maior.

Por fim, acredita-se que essa discussão tem grande relevância social, acadêmica e profissional, pois trás a tona a evidencia o surdo como ser integrante de uma sociedade que precisa ouvi-lo para entendê-lo e ajudar a o incluir verdadeiramente. Ora, se não se sabe ao certo suas dificuldades, como será ajudado? Como será incluído no espaço escolar?

## REFERÊNCIAS

ANAIS do congresso: surdez e universo educacional. INES. 14 a 16 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BAPTISTA. **A inclusão e seus sentidos entre e tendas**. 2004.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DANESI, Marlene Cananrim (org.). **O admirável mundo dos surdos: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez**. 2. ed. Rev. Ampl. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Vozes; Petrópolis: 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. Serie estratégias de ensino 14. São Paulo: Parábola; 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: [WWW.censo2010.ibge.gov.br](http://WWW.censo2010.ibge.gov.br)

KARNOP, Lodernir Becker; KLEIN, Madalena; LAZZARIN, Márcia Lise Lunardi. **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorências e provocações, Canoas: ULBRA, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Livraria e editora Revinter. 2000.

Silva, C.B e Figueiredo, R. V. Estratégias no ensino de respeito às diferenças. Disponível em: [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_02/PDF/27.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/27.pdf). Acessado em 01 de maio de 2015.

Silva, C.B e Figueiredo, R. V. **Educação integral e educação inclusiva: ações estratégicas no ensino de respeito às diferenças**. Disponível em: [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_02/PDF/27.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/27.pdf) . Acessado em 01 de maio de 2015.

SASSAKI, R. **O direito à educação inclusiva, segundo a ONU**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:s0l7EY0YE94J:intervox.nce.ufrj.br/~evangel/leis/O%2520direito%2520%25E0%2520educa%25E7%25E3o%2520inclusiva,%2520segundo%2520a%2520ONU.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 01 de maio de 2015.

SURDEZ e escolaridade: desafios e reflexões. **II Congresso Internacional do INES. VIII Seminário Nacional do INES**. 17, 18 e 19 de setembro de 2003 – 17 a 19 de setembro de 2003.

SKIAR, Carlos (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: interfaces entre pedagogia e linguística. 3. ed. Porto alegre: Mediação, 2009.

SÉRIE audiologia revisada. INES. Fundado em 1857- 2002. Anais do congresso 14 a 16 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

SALA, E; MEDEIROS, T. (orgs.). **Educação inclusiva**: Aspectos Político- Sociais e Práticos. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.